

Notas e informações

Economia - Brasil

A marcha da insensatez

Pior do que um governo que recua diante da pressão insurrecional das massas, é a situação de um governo perplexo diante da situação que criou para si próprio sem que nada o forçasse a tanto. É o caso do governo José Sarney, tão típico que poderia ser incluído entre aqueles que brilhante ensaísta norte-americana coloca sob a denominação de *folly* — loucura ou meramente insensatez. O Executivo não sabe para onde ir, porque depois de anunciar ao povo que o havia conduzido à Terra Prometida, descobre que o mar Vermelho não se abriu e que, pelo contrário, tudo aquilo que se imaginava ter sido deixado para trás volta, assustadoramente. Por dever patriótico apoiarmos, nos primeiros dias, o Plano Cruzado — porque sabíamos, e o dissemos, que se ele porventura malograsse (e tudo indicava à luz da razão que estava condenado ao fracasso) a desesperança tomaria conta da população, que não poderia suportar a inflação do cruzado, muito pior do que a do cruzeiro. Agora, o malogro é patente e incapaz de suportar críticas, o Executivo procura os bodes expiatórios.

O presidente da República, em fevereiro de 1986, tinha diante de si as alternativas possíveis para enfrentar a crise que todos sabiam próxima, traduzindo-se em hiperinflação. Contudo, cercado de luminas da ciência econômica que se cultivava no Rio de Janeiro e no chapadão campineiro, s.ex.a. deixou de lado as mais razoáveis e introduziu o cavalo para dentro das muralhas de Tróia. Agora que se avolumam os indícios de que não é possível manter a palavra tantas vezes empenhada, caçam-se as bruxas e se ameaçam os empresários com o que há de pior.

Se fôssemos adeptos da "teoria conspirativa" que voltou a inspirar os atos e palavras do presidente e de seus auxiliares diretos — que vêem nas advertências do sr. Mário Amato um ato de insubordinação possivelmente punível com a Lei de Segurança Nacional —, poderíamos construir peça por peça o quebra-cabeças, cuja solução conduziria à compreensão de como se desorganizou a produção brasileira. Inspirados pelo ódio sagrado que votam a tudo quanto possa ter qualquer semelhança com o mercado, os auxiliares do presidente (pondo em prática suas instruções) primeiro congelaram os preços. Não foi ato impensado, esse. Pelo contrário, hoje pode dizer-se que há muito fermentava no círculo íntimo do presidente da República e dos ministros do Planejamento e da Fazenda, a idéia de que bastava empenhar CIP e Sunab contra os empresários para que a inflação acabasse. Mais depressa do que se pensou, fez-se.

Apesar de a *folly* ser a inspiradora dos atos do Executivo, é de supor que nos serviços de informação ainda se usa a cabeça para raciocinar com dados objetivos. Daí ter sido fácil aos serviços detectar, especialmente no setor do abastecimento, algumas rupturas da frente tão pacientemente montada pelos assessores, os "Pinotti's boys". Assim, depois de congelar os preços e para impedir a falta de leite, concedeu-se aos produtores um subsídio (inflacionário necessariamente) que não resolveu o problema da escassez. Importou-se, então, leite que os tribunais

agora mandam apreender por impróprio para o consumo. Depois, temendo-se a falta de carne bovina e frangos, suspenderam-se as exportações para mercados conquistados a duras penas, e passou-se a importar carne em condições até hoje não suficientemente esclarecidas no tocante a preço. Em seguida, apesar de perceber-se que a economia passara à clandestinidade com todos os inconvenientes políticos, sociais, econômicos e morais que apontamos, lançou-se contra o comércio a Sunab e engajou-se força militar para descobrir boi gordo. Quando tudo já estava desorganizado, os auxiliares que haviam induzido o presidente da República a dizer ao povo que eles, não s.ex.a., o haviam conduzido à Terra Prometida, começaram a fazer pacotes para conter o consumo que haviam estimulado. Parece um conto de terror, mas é a história real.

O problema que se colocaria, hoje, seria descobrir se o chefe de governo sabe o que de fato acontece, ou acredita na conspiração que lhe disseram existir. Depois de sua fala de sexta-feira, só se pode concluir que o presidente, apesar de aperceber-se de que seus auxiliares desorganizaram a economia e criaram todas as condições para que lhe faltasse sustentação política, prefere ficar com eles, acreditando que os erros que praticam todos os dias sob a proteção de sua autoridade constitucional, são as medidas corretas. Fica com eles contra os empresários para não arrastar a impopularidade do verdadeiro ajustamento econômico. Em suma, o presidente José Sarney dá a exata impressão de estar reunindo material para mais um capítulo do livro da sra. Tuchman, *A marcha da insensatez*.

É isso que acontece, ou, pelo contrário, o chefe do governo já tomou consciência de que não pode mais contar com aqueles que o cercam (embora alguns, por sua condição toda especial de *maribondos*, serem inamovíveis), mas não sabe o que fazer com eles, nem como? Se é tempo de a Nação tomar ciência de que no regime presidencialista há um e apenas um responsável pela condução da administração superior do Estado — o presidente da República —, é preciso que ela saiba, igualmente, que o sistema político que s.ex.a. permitiu se montasse no País, manobrando de maneira que julgou hábil, mas que os resultados provam ter sido desastrosa, impede-o de agir. O sr. José Sarney, à custa de tanto manobrar, enredou-se nas linhas que deitou ao mar, e hoje se vê acuado por alguns dos governadores eleitos, que reclamam do ministro da Justiça o direito de participar de um conselho e de serem ouvidos antes das grandes decisões.

Pesando as palavras e as coisas, a crise decorre do fato de o presidente não se haver definido em favor da livre iniciativa, mas sim da oligarquia que domina a máquina do Estado. De nada adiantam as loas à iniciativa privada se se executa política que restringe sua capacidade de investimento e se agulam as paixões das massas contra os empresários. Não apenas disso decorre a crise; ela vem, em igual proporção, da circunstância de o presidente da República, desde o momento em que a fatalidade o colocou no Planalto, e lutando por conquistar uma legitimidade

de que nós lhe reconhecíamos, mas seu partido e o sr. Ulysses Guimarães não, haver-se definido um tipo de populismo que não se coadunava com as perspectivas substanciadas no famoso discurso de Tancredo Neves, conhecido por sua frase principal: "É proibido gastar".

O populismo do sr. José Sarney, especialmente depois que proclamou a Novíssima República (dando aos economistas de Campinas poderes para arruinar a economia capitalista), teve fatalmente de terminar em oclocracia. Sucede, porém, que se os tiranos gregos sabiam como conduzir as massas que agulavam contra os aristocratas, o sr. José Sarney não tem condições, como aliás nenhum governante em país democrático, de incitar as massas contra os empresários e depois controlar os efeitos dos fatos que produziu. O desafio da CUT e da CGT ao governo prova a evidência que de nada adianta acusar empresários e bater no peito, reafirmando para os ouvidos da CNBB a opção pelos pobres. Não são palavras que resolvem crises econômicas; são atos destinados a grangear desfavor popular. Esse, o presidente da República não pode suportar.

Segue-se, daí, que desorganizada a economia, a força das coisas levará à crise de Estado no instante em que o populismo do presidente ou se chocar com a resistência liberal (até mesmo conservadora) do Congresso, ou, pelo contrário, for impulsionado pela pressão radical de deputados e senadores do PMDB, que cobrarão caro o apoio à mania de fazer decretos-leis, e, sobretudo, reclamarão do presidente o respeito à sua palavra no que tange ao controle de preços e às relações com a comunidade financeira internacional.

Se nos agradasse a teoria conspirativa da história, diríamos que a preocupação de preservar um mandato constitucionalmente correto de seis anos, levou o presidente José Sarney a comportar-se como Getúlio Vargas, ou como um Luís Bonaparte brasileiro — só que sem condições de dar o golpe de Estado. Essa impossibilidade não reverte os dados do problema, agora mais graves, depois da fala presidencial de sexta-feira. Na história da Humanidade, especialmente quando a insensatez conduz as ações dos governantes, é natural que os estrangeiros, os de outra raça, os empresários paguem pelos erros dos governantes. No Brasil, as condições são mais nebulosas e por isso mesmo se torna mais difícil detectar, com precisão o momento em que se dará a ruptura do sistema. Uma coisa, porém, é certa, sem ter em mente teorias conspirativas: os auxiliares do presidente, aqueles em que ele confia, criaram as condições que qualquer livro de economia aponta como suficientes e necessárias para que os empresários não invistam. Depois, levaram os números ao presidente da República e deixaram que seu passado de "bossa nova" o catapultasse contra os empresários. O ponto em que o retorno é impossível está-se aproximando — para a livre iniciativa e para um estilo de vida que pensamos pudesse estabelecer-se no Brasil apesar da insensatez do PT e da CUT, que hoje, no seu afã antiliberal, começam a ter um aliado no Palácio do Planalto: o presidente da República.